



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**ESTUDOS PRELIMINARES - PRE/DG/SGS****1. DADOS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO**

SEI Nº: 0012113-58.2024.6.05.8000

Item do PLANCONT: ID 41

Previsão no Plano de Obras (SEI e doc. aprovação): Sim

Equipe de Planejamento da Contratação

Gestor: Cintia Vilas Boas

Integrante Demandante: Maxwell Mascarenhas dos Anjos

Integrante Técnico: Renata Maria Borges e Silva e Rodrigo Rosário dos Santos Galderisi

Integrante Administrativo: Maxwell Mascarenhas dos Anjos

**2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para a execução dos serviços de reforma no imóvel localizado à Rua Juca Leão, s/nº, bairro Zildolândia, Itabuna – BA, com cerca de 1.802m² (hum mil, oitocentos e dois metros quadrados) de área construída, localizada em terreno com 7.700 m² (sete mil e setecentos metros quadrados), recebido em doação pela SPU (Secretaria do Patrimônio da União) para instalação do futuro Fórum Eleitoral de Itabuna.

**3. JUSTIFICATIVA**

Constitui antigo anseio da Justiça Eleitoral baiana, desde o ano de 2006, a construção de uma sede própria no município de Itabuna. Para tanto, foi recebido inicialmente em doação uma área localizada à Avenida Manoel Gomes, Bairro Jaçanã, Itabuna-BA, medindo 1.725m² (hum mil, setecentos e vinte e cinco metros quadrados), que após ser parcialmente invadida por terceiros, tornou-se inviável a implantação do projeto.

Ocorre que, recentemente, em visita oficial a Itabuna, foi apresentado um imóvel em estado de abandono, situado à Rua Juca Leão no Bairro Zildolândia, de propriedade da CEPLAC - Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira, portanto, de propriedade da União, com área construída de cerca de 1.802m² (hum mil oitocentos e dois metros quadrados), localizada em terreno com 7.700 m² (sete mil e setecentos metros quadrados), ladeado pelas ruas Alto Brasileiro e Isolina Guimarães.

Segundo informações, o referido imóvel encontrava-se em desuso há cerca de 04 (quatro) anos, e abrigou a Sede da CEPLAC no município. Constatou-se que o imóvel reúne características mínimas para, após requalificado, abrigar o futuro Fórum Eleitoral de Itabuna. Ressaltamos que o imóvel será ainda atualizado quanto às novas normas de acessibilidade, e de prevenção e combate a incêndio e pânico.

Por fim, faz-se necessária a intervenção no imóvel com a finalidade de reestabelecer suas condições operacionais, abrigando convenientemente os cartórios eleitorais visando o regular desenvolvimento das atividades do cartório, primando pela preservação do patrimônio público e, principalmente, a melhoria na prestação de importante serviço à população.

**4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO**

Vide OT-IBR 002/2009. Obra e serviço de engenharia requer profissional habilitado conforme a Lei nº 5.194/1966.

(x) Trata-se de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação e, portanto, de obra de engenharia.

( ) Trata-se de conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte e demolição, ou de serviço técnico especializado conforme a Lei nº 5.194/1966 e, portanto, de serviço de engenharia.

**Tratando-se de serviço de engenharia:**

(x) Este pode ser enquadrado como comum, nos termos do art. 6º, XXI, “a” da Lei nº 14.133/2021: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens. De acordo com o Parecer nº 075/2010-DECOR/CGU/AGU, serviço comum de engenharia é “aquele que obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, estando disponível a qualquer tempo no mercado próprio, com características, quantidades e qualidades padronizadas, sem alta complexidade técnica, e sem necessidade de acompanhamento e atuação relevante e proeminente de um engenheiro especializado.”

( ) Este pode ser enquadrado como especial, nos termos do art. 6º, XXI, “b” da Lei nº 14.133/2021: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum de engenharia.

**5. HISTÓRICO**

( ) Não há histórico de contratações realizadas para atendimento da mesma necessidade.

(x) Há histórico.

Indicar os números dos processos das contratações anteriores:

Não há histórico referente a reforma neste imóvel, tendo em vista ter o mesmo sido incorporado recentemente a este Regional; porém temos obras recentes contratadas semelhantes como: reforma do Fórum Eleitoral de Jacobina SEI 0010899-66.2023, Reforma do Fórum Eleitoral de Ipirá SEI 0014623-15.2022 e reforma do Fórum Eleitoral de Camaçari SEI 0012395-33.2023

**6. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL**

(x) Prestar serviço de qualidade ao público

( ) Fortalecer a relação institucional com a sociedade

( ) Fomentar a educação para a cidadania

( ) Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

- ( ) Combater a corrupção e a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
- ( ) Aperfeiçoar a governança e gestão administrativa
- ( ) Melhorar a comunicação administrativa
- ( ) Promover a sustentabilidade ambiental
- ( ) Aprimorar a gestão de pessoas
- ( ) Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- ( ) Melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O Responsável Técnico da empresa deverá comparecer ao canteiro de obras *pelo menos* uma vez a cada oito dias, sendo necessário registrar presença no diário de obras com anotações sobre o andamento da mesma;

Prazo de **210 dias** para execução da obra;

Emissão de ordem de serviço em até 60 dias contados a partir da data do recebimento pela contratada da via do contrato assinado;

Início da obra em 10 dias da emissão da ordem de serviços;

A contratada deverá apresentar:

ART de execução da obra;

ART do eng. Residente;

Cronograma da obra detalhado indicando caminho crítico;

CNO da obra;

Registro junto ao INSS;

PGR e PCMSO;

Caso haja aditivo deveremos seguir o Decreto n.º 7.983/2013;

Não será permitida a subcontratação dos serviços, com exceção dos permitidos em contrato;

Todo material empregado na obra deverá ser novo;

Serão executados, dentre outros, os seguintes serviços:

Pintura total dos ambientes;

Readequação de algumas áreas com layout para melhor funcionalidade dos ambientes, principalmente no depósito de urnas, sala de juiz/audiência;

Atualização do imóvel à nova norma do Corpo de Bombeiros;

Atualização da acessibilidade em atendimento à NBR 9050 revisada, com a colocação de piso tátil alerta e direcional nas áreas externas (passeios) e internas, vagas para deficientes, sinalização em braille, botão antipânico nos banheiros, etc;

Estudo do Layout utilizando mobiliário e sistemas elétricos levando em consideração os critérios de ergonomia para atender a norma;

Para o sistema de ar condicionado, o fornecimento dos aparelhos de ar condicionado são de responsabilidade do Contratante. A instalação dos equipamentos, bem como com toda a infraestrutura necessária ao sistema, será de responsabilidade da Contratada

Utilizaremos o sistema de ar condicionado tipo Split, levando em consideração que o Split é um sistema mais simples e mais barato;

Instalação de lâmpadas de led, que são mais duráveis e econômicas, atendendo à sustentabilidade;

Instalação de tomadas e interruptores para o padrão novo da norma;

Haverá instalação de forro em gesso acartonado na Central de Atendimento ao Público, Acesso Térreo e sanitários, visto que o forro de gesso acartonado não propaga chama e não produz fumaça tóxica e é de fácil manutenção, atendendo às normas de segurança;

Uso de materiais com maior durabilidade, como piso de porcelanato nos sanitários, corrimão de aço galvanizado, etc;

Torneiras de pressão com fechamento automático, para diminuir o consumo de água, atendendo a sustentabilidade;

Vasos sanitários de duplo fluxo, para economia no gasto de água, atendendo a sustentabilidade;

Implantação de rede lógica por CAT6;

Instalação de subestação aérea dimensionada conforme as cargas identificadas, com a criação de quadros QGBT, de ar condicionado, de iluminação e tomadas;

Estabelecer em cada estação de trabalho 4 tomadas 2P+T de energia e 2 tomadas de lógica CAT 6 (dados e telefonia IP);

Melhorar a iluminação externa com maior iluminamento e baixo consumo;

Garantir uma melhor segurança coletiva dotando o prédio de SPDA.

### 7.1. Forma de aferição/medição do serviço:

- ( ) Empreitada por preço global

Modo de contratação do serviço ou obra de engenharia pelo qual a execução do contrato, ainda que dividida em etapas, se dá com a entrega de todos os itens e características que compõem o seu objeto, incluídos detalhadamente no preço total da avença, cujo principal efeito é a transferência dos riscos do valor total do empreendimento à empresa contratada, que é obrigada a incluir em sua proposta todos os valores e itens necessários à execução global do ajuste. Deve ser escolhida nas situações em que seja plenamente possível a definição precisa de todos os componentes da obra/serviço, cuja margem de incerteza seja mínima.

- ( ) Empreitada Integral

Forma ampliada da empreitada por preço global, e visa não apenas a entrega de um bem ou a mera execução de um serviço, mas o recebimento de um empreendimento funcional, ou seja, contrata-se a entrega de um bem com o valor agregado proveniente de toda a estrutura logística/material necessária ao seu funcionamento, ainda que a execução exija a subcontratação de empresas com diferentes especialidades.

( x ) Empreitada por preço unitário

Destina-se aos empreendimentos que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global/integral, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos.

Justificar:

A empreitada por preço unitário é muito utilizada em reformas, quando não se podem prever as quantidades certas e exatas que serão objeto do contrato. Será contratado preço certo de unidade determinada.

**7.2. Será necessário indicar equipe mínima? Se sim, qual a composição?**

( ) Não

( x ) Sim. A equipe mínima será composta dos seguintes profissionais (listar):

Engenheiro; encarregado de obras e vigia.

**7.2.1. Justificar, mediante a apresentação de documentos, memória de cálculo e/ou orçamento, as previsões de quantidade estabelecida para a contratação.**

Engenheiro: previsão de trabalho 4h/dia;

Encarregado de obra: 8h/dia;

Vigia: previsão de vigilância noturna.

A obra será executada em **210 dias**, a equipe da administração foi calculada em função do tipo e dos serviços que serão executados, da necessidade de acompanhamento. O acompanhamento geral fica a cargo do responsável técnico, profissional que informará a qualificação técnica na época da licitação. Desta forma, além do responsável técnico, teremos os profissionais listados acima.

**7.3. Havendo previsão de postos de trabalho:**

Como, por exemplo, no caso de contratação de serviços de manutenção predial, de serviços de engenharia e de arquitetura, dentre outros.

Não se aplica

**7.3.1. Houve aumento do quantitativo estabelecido em relação à última contratação?**

( x ) Não se aplica.

( ) Não.

( ) Sim. Apresentar estudos orçamentários, de produtividades e comprovação formal do aumento da demanda:

**7.3.2. O salário dos postos de trabalho será:**

( ) Regra: O salário base da categoria previsto atualmente na Cláusula \_\_\_\_\_ da CCT/20\_\_ do Sindicato \_\_\_\_\_.

( ) Exceção: Inexistindo convenção coletiva da categoria em questão fixou-se o valor do salário com base em: \_\_\_\_\_ (apresentar documentos e memória de cálculo, a fim de demonstrar como se chegou ao valor final).

NÃO SE APLICA

**7.3.3. Há previsão de acréscimo temporário de postos ou de serviço extraordinário em ano eleitoral ou em períodos específicos?**

( ) Não.

( ) Sim. Informar a quantidade de postos adicionais e o quantitativo estimado de horas extras por posto de trabalho, e os períodos, com a devida justificativa e cálculo da demanda (necessidade x quantidade):

NÃO SE APLICA

**7.3.4. Há requisitos a serem observados para os postos de trabalho?**

Tais como de escolaridade mínimo, formação técnica específica etc.

NÃO SE APLICA

**7.4. Indicar os locais onde serão prestados os serviços, e caso necessário, a área a ser coberta com a execução, por localidade e/ou edificação:**

A reforma será executada no imóvel situado à Rua Juca Leão, s/nº, Bairro Zildolândia, Itabuna - BA.

**7.5. Há necessidade de fornecimento de insumos, ferramentas e equipamentos, inclusive de proteção individual?**

( ) Não.

( x ) Sim. Informar o quantitativo, com a devida justificativa e cálculo da demanda (necessidade x quantidade):

Numa obra de construção ou reforma a planilha de custo é elaborado com preços baseados no sistema de preço SINAPI. É de obrigação da contratada fornecer EPI para todos os funcionários da

obra no quantitativo necessário. O custo e quantidades dos ETP's estão previstos dentro de cada composição.

#### 7.6. A vigência contratual será de:

Indicar a vigência, a contar da assinatura do contrato: **420** dias corridos, sendo:

Até 45 dias para emissão da ordem de serviço;

10 dias da ordem de serviço para início da obra;

**210 dias** de execução de obra;

15 dias para recebimento provisório;

20 dias para correção dos serviços apontados no recebimento provisório;

20 dias para recebimento definitivo;

Até 60 dias de prazo margem do recebimento definitivo.

#### Quanto à prorrogação:

☒ ( x ) Haverá previsão de prorrogação até o limite legal permitido.

☐ ( ) Não será necessário prorrogar o contrato.

Justificar no caso de indicação de vigência com prazo diverso do recomendado:

Pode acontecer fato superveniente e ser necessário aditivar o prazo de obra para a realização dos serviços.

#### 7.7. Há necessidade de previsão de garantia de execução do contrato (financeira), com o fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e minimizar os riscos advindos de eventual inexecução contratual?

Trata-se de faculdade conferida à Administração, cuja necessidade deve ser avaliada caso a caso, em razão das peculiaridades e complexidade do objeto, dos riscos advindos da execução do contrato para o Tribunal e para a coletividade, sendo a exigência recomendada para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, sopesado o prazo de vigência contratual e a quantidade de postos de trabalho envolvida.

☐ ( ) Não, haja vista o curto prazo de vigência e/ou o número reduzido de postos.

☒ (x) Sim. De acordo com o percentual de 5% sobre o valor total contratado a ser apresentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, conforme previsto no ato convocatório.

☐ ( ) Exceção: Sim, justificando-se a majoração para o percentual de \_\_\_\_ (máximo de 10%, previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021), compatível com o vulto e os riscos envolvidos na contratação. Especificar os riscos:

#### 7.8. Será permitida a subcontratação parcial do objeto?

A subcontratação consiste na entrega de parte da prestação do serviço a terceiro estranho ao contrato, para que execute, em nome do contratado, item, etapa ou parcela do objeto avençado.

☐ ( ) Não. O objeto deverá ser executado única e exclusivamente pela contratada, haja vista que o mercado dispõe de diversos fornecedores aptos para tanto.

☒ (x) Sim. Será facultada a subcontratação de parte do objeto pela contratada.

Descrever a(s) parcela(s) que poderá(ão) ser subcontratada(s) e a justificativa para a permissão:

Serão permitidas as subcontratações dos serviços de impermeabilização, execução de paredes em *drywall*, instalação de esquadrias, execução de piso de alta resistência, serviço de certificação de cabo de lógica e instalação de ar condicionado tipo Split, instalação de plataforma elevatória para PNE, montagem e comissionamento da subestação, instalação e start-up das bombas da rede de hidrantes, mediante prévia autorização escrita do CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA como a única responsável por todas as obrigações contratuais e legais assumidas.

#### 7.9. Há legislação específica aplicável ao objeto?

☐ ( ) Não

☒ ( x ) Sim

Indicar a legislação:

Os serviços a serem executados devem seguir:

- As normas e especificações da contratação;
- normas da ABNT;
- disposições legais da União;
- regulamentos das empresas concessionárias;
- prescrições e recomendações dos fabricantes;
- normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção;
- qualificações de materiais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);
- Legislação Municipal vigente na cidade de ITABUNA-BA.

#### 7.10. Será exigida comprovação de habilitação jurídica específica para a execução do objeto?

Pode haver casos em que a legislação exija o registro da contratada em algum órgão específico, ou ainda, autorização de funcionamento, licenciamento ambiental etc.

( X ) Não

( ) Sim. Será exigida comprovação de habilitação jurídica.

Indicar a exigência, o documento e a legislação que a disciplina:

#### 7.11. Comprovação de aptidão técnico-operacional da contratada (da própria empresa)

##### 7.11.1. Deverá ser comprovado o registro da contratada em entidade profissional da região a que estiver vinculada?

( ) Não

( X ) Sim. Indicar em qual e a legislação de regência:

Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente da região a que estiver vinculada ou registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e que comprove atividade relacionada com o objeto contratado

##### 7.11.2. No caso de participação de licitante de estado da federação diverso da Bahia:

( X ) Será exigida certidão visada pelo conselho respectivo do estado da Bahia, de acordo com o art. 14, § 1º, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, antes do início da execução do objeto, em se tratando de execução de prazo inferior a 180 dias.

( ) Será exigida certidão de registro no conselho respectivo do estado da Bahia, de acordo com o art. 14, § 1º, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, antes do início da execução do objeto, em se tratando de execução de prazo superior a 180 dias.

##### 7.11.3. Será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional (da própria empresa) para execução do objeto?

( ) Não

( X ) Sim. Será exigida a apresentação de atestado que comprove a execução obra (ou serviços) compatível(is) em quantidades e características com o objeto da contratação, com parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

Justificar:

Será solicitado para garantir segurança para a Administração no sentido de que o licitante tenha condições e know how para a execução do contrato, caso seja o licitante vencedor.

Solicitaremos atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a LICITANTE executou obra compatível em quantidades e características com o objeto da licitação, em prédio com, pelo menos **540 m2** de área construída ou reformada, quantidade relativa a **30%** da área construída do imóvel.

#### 7.12. Comprovação de aptidão técnico-profissional

##### 7.12.1. Será exigida comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de certidão de acervo técnico (CAT) emitida pelo respectivo conselho, acompanhada do atestado respectivo, de que o profissional que figurará como responsável técnico da obra ou do serviço a ser realizado executou objeto de características semelhantes, compatível com as parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto da contratação?

( ) Não

( X ) Sim.

Justificar: É necessário que o profissional comprove aptidão técnica com o objeto licitado, para garantir a perfeita execução do mesmo.

Será solicitado Comprovante, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA/CAU, acompanhada do respectivo atestado fornecido pela contratante dos serviços, de que o engenheiro civil ou arquiteto, profissional do quadro técnico da LICITANTE, já executou obra de construção ou reforma de prédio.

##### 7.12.2. Será exigida a comprovação de que o profissional detentor dos atestados de responsabilidade técnica (ART) e do registro de responsabilidade técnica (RRT) integra o quadro permanente da licitante na data da licitação ou a apresentação de declaração de contratação futura do profissional, em que conste a sua anuência?

( ) Não

( x ) Sim.

Justificar: essa exigência tem por finalidade comprovar se as empresas participantes a licitação dispõem, para a execução do contrato, de profissional reconhecido pela entidade de classe competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto similar ao licitado, limitado às parcelas de maior relevância e valor significativo, expressamente previstas no instrumento convocatório.

#### 7.13. Há necessidade de vistoria ou visita técnica prévias?

( ) Não.

(X ) Sim. Vistoria facultativa.

( ) Sim. Vistoria obrigatória. Justificar:

A vistoria tem por objetivo proporcionar aos interessados conhecimento do local onde serão realizados os serviços, para avaliação do espaço/construção existente e das dificuldades que possam existir na realização dos serviços que serão contratados.

#### 7.14. O objeto a ser contratado levou em consideração algum aspecto sustentável ou de acessibilidade?

( X ) Há previsão de critério ou prática de sustentabilidade ou de acessibilidade.

Descrever os critérios adotados:

Serão adotadas especificações como: utilizadas lâmpadas led's para eficiência energética, vasos sanitários com duplo acionamento para economia de água, pisos em porcelanato com maior durabilidade, a acessibilidade de piso interna e externa com implantação de estação elevatória para PNE, placas com acessibilidade, mapa tátil, aviso sonoro no banheiro PCD.

Solicitação de destinação de resíduos em locais adequados.

Solicitação de Plano de Resíduos Sólidos.

( ) Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade ou de acessibilidade a ser aplicado ao objeto em questão.

Justificar a não adoção:

**7.15. Análise da divisibilidade da solução**

( ) É possível a contratação da solução de forma divisível (em itens), sem que haja prejuízo quanto aos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

Neste caso os itens podem ser adjudicados a fornecedores diversos.

(X ) A contratação será adjudicada por preço global, tendo em vista a natureza dos serviços.

( ) Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para fornecimento por um único fornecedor, no caso de prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra.

(A adjudicação por grupo sem robustas, fundadas e demonstradas razões - fáticas e argumentativas - que a sustente, é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente).

Justificar o agrupamento em lotes:

(Demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à contratação por item. A mera similaridade entre itens não é critério para fundamentar a formação de grupos/lotas):

Será contratada uma única empresa, porém esse item não se confunde com o regime de execução que será por preço unitário.

**8. SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS?**

Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?

( ) Sim

( X ) Não

Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?

( X ) Sim

( ) Não

É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado?

( X ) Sim

( ) Não

Conclusão:

( ) Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

(No caso de ser necessário somar capacidades técnica, econômico-financeira e know-how para participar de licitações que, individualmente, não seriam viáveis).

( X ) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio

**9. SERÁ UTILIZADO O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR COMO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA CONTRATAÇÃO?**

Os serviços serão avaliados durante toda a execução do contrato, com o objetivo de promover o uso eficiente de recursos e aprimorar a qualidade do gasto público.

( ) Sim. Trata-se de prestação de serviços de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja mensuração se dará por meio de procedimentos e critérios que abranjam métricas, indicadores e valores, estabelecendo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade e as respectivas adequações de pagamento.

( X ) Não. Em razão da natureza dos serviços e a impossibilidade de estabelecer, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade e as respectivas adequações de pagamento, não será utilizado o IMR.

Neste caso, informar de que forma será avaliada a qualidade da prestação dos serviços:

Resposta: Através da FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO da execução da OBRA pelos fiscais.

**10. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

(X ) Não foram encontradas outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

( ) Foram encontradas outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

**10.1. Descrever aqui as soluções encontradas:**

Diversas empresas da área da construção civil podem prestar o serviço de execução da obra, por se tratar de obra de engenharia. Em análise a contratações similares realizadas anteriormente pelo Tribunal e através de estudos feitos com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Desta forma, o mercado de potenciais fornecedores existe de forma que se vislumbra empresas interessadas na execução do objeto a ser contratado. No caso da obra em tela não se vislumbram outras soluções de mercado, sendo a contratação de empresa especializada para execução da obra através do procedimento licitatório a forma mais adequada para o caso. Essa forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que existem no mercado diversas empresas que possam executar a obra.

Solução 1:

Faremos reforma em um imóvel com arquitetura em concreto armado. Troca de insumos como portas de madeira revestida de laminado melamínico para ter maior durabilidade, vasos sanitários com duplo acionamento, acabamentos de elétrica, piso e paredes em porcelanato, especificações sustentáveis e escolha de linhas intermediárias, encontrado normalmente nos mercados do interior.

Foi escolhido o sistema de ar condicionado tipo Split por ser mais barato e fácil de manutenção.

O sistema de lógica foi projetado de forma a melhorar a transmissão dos dados, utilizando cabo CAT 6 e organização do rack.

**10.1. Informar os motivos que levaram à escolha da solução a ser contratada, fazendo um comparativo com as demais soluções encontradas, quando houver, inclusive quanto aos preços:**

A solução que atende aos interesses e necessidades da Instituição é a contratação de pessoa jurídica especializada na construção reforma de prédios.

A solução contempla utilização de materiais duráveis, de fácil manutenção e sustentáveis. Quanto aos preços, foi adotada a solução indicada por apresentar o melhor custo x benefício e por já termos realizado estudos em outras contratações.

**11. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇOS:**

O levantamento deu-se através de pesquisas de preços tendo como parâmetros para a elaboração das composições de custos SINAPI, da Caixa Econômica Federal e outras bases como ORSE e SBC, quando não existentes nestas bases fizemos cotações de mercado com 3 ou mais orçamentos e as composições foram montadas levando em consideração os insumos comuns do SINAPI e seus coeficientes e os preços de mercado.

A estimativa de valor é na ordem de **R\$ 3.159.933,49**.

**11.1. Na elaboração do Orçamento Estimado foram considerados (conforme Lei nº 13.161/2015, de 31 de agosto de 2015):**

- ( ) Não se aplica.
- ( ) Encargos desonerados: quando os custos de mão de obra não possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento.
- ( x ) Encargos não desonerados: quando os custos de mão de obra possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento.

**12. HÁ NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL, SE FOR O CASO**

Verificar a necessidade de adequação da infraestrutura existente – espaços físicos, rede elétrica, de dados, capacitação de servidores etc.

O imóvel encontra-se desocupado desde já para a execução da reforma.

**13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Informar outras contratações cujo objeto se correlaciona com o do presente estudo, e eventuais impactos verificados. Ex.: contratação de serviços auxiliares de fiscalização, a qual depende de prévia contratação dos serviços a serem fiscalizados.

Não se aplica.

**14. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

- ( ) Será necessária a coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto contratual, para a qual se requererá prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA.
- ( x ) Regra: Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- ( ) Há informação presente neste documento classificada como sigilosa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

Nesse caso é necessário fundamentar a decisão pelo sigilo, no mínimo, com os seguintes elementos: a) assunto sobre o qual versa a informação tida como sigilosa; b) fundamento da classificação – observar os critérios do art. 24 da referida lei; indicar o prazo do sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites citados no art. 24; identificar a autoridade que a classificou.

( ) Para execução dos serviços a Contratada, através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, terá acesso a informações que pertencem ao TRE-BA, as quais precisarão ser tratadas ou controladas, e que demande a assinatura de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo.

**15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é:

- ( x ) Viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.
- ( ) Inviável e desnecessária.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rosario dos Santos Galderisi, Chefe de Seção**, em 03/06/2024, às 18:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Borges e Silva, Analista Judiciário**, em 04/06/2024, às 11:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maxwell Mascarenhas dos Anjos, Secretário**, em 04/06/2024, às 13:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2852768** e o código CRC **3CBC8D97**.